



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 RP Nº 008/2022**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de câmaras de ar e pneus novos para reposição dos pneumáticos da frota dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA - EPP, encaminhada via e-mail no dia 09/05/2022, às 09:02h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 014/2022, Pregão Eletrônico nº 009/2022<sup>1</sup>, Registro de Preços nº 008/2022.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 18.3 do Edital e item 7, inciso I, do Anexo I – Termo de Referência, que estabelecem que “O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço, conforme item 7, inciso I, do Anexo I – Termo de Referência”.

Alega a licitante que o prazo de entrega é exíguo, havendo chance de não ser atendido por licitantes cuja sede não seja nas proximidades do Município de Conselheiro Lafaiete.

Sustenta que, no caso da empresa impugnante, o prazo mínimo de entrega seria em torno de 15 (quinze) dias.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente mediante a dilação do prazo de entrega, sem pugnar prazo específico.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

*“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.”*

<sup>1</sup> Registra-se ter sido detectada a existência de erro material na petição de Impugnação, no tocante à identificação do número do Pregão Eletrônico, haja vista ali constar “Pregão Eletrônico nº 014-2022”, quando o correto seria Processo Licitatório nº 014/2022, Pregão Eletrônico nº 008/2022, RP nº 008/2022. Contudo, considerando que os demais dados constantes do documento, em conjunto, permitiram a correta identificação do certame, e bem assim do Edital alvo da Impugnação, a falha material não interferiu na presente análise.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**§ 1º** - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

**§ 2º** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**§ 3º** - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame."

De acordo com o item 12.1 do Edital, "As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal **BBMNET** (<https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/>), link 'editais e resultados' e posteriormente 'impugnar'".

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 13/05/2022, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 09/05/2022, às 09:02h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Ressalta-se que não fora observada a forma de interposição prevista no instrumento convocatório (protocolo no portal BBMNET, nos termos do item 12.1 do Edital), não sendo o encaminhamento via e-mail forma de interposição contemplada no instrumento convocatório. Não obstante, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação, como medida de flexibilização de formalismo, e em observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

### III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se as condições estipuladas para a execução dos serviços licitados, mais precisamente quanto à previsão contida no item 18.3 do Edital e item 7, inciso I, do Anexo I – Termo de Referência, relativas ao prazo de entrega dos produtos cuja aquisição é pretendida, restringem indevidamente a participação de licitantes, frustrando ainda o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

"O prazo de entrega dos bens é de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço, conforme item 7, inciso I, do Anexo I – Termo de Referência". (destacamos)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

*"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.*

*Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)*

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de câmaras de ar e pneus novos para reposição dos pneumáticos da frota dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Administração – solicitante do certame – as diretrizes necessárias



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos produtos (05 dias úteis, e não corridos, conforme registrado na Impugnação).

Se por um lado, a necessidade da Administração deve ser atendida no menor tempo possível, por outro, evidentemente, não se pode deixar de considerar que os prazos estipulados no certame devem ser razoáveis, viabilizando-se ao Contratado tempo hábil para cumprimento das obrigações estipuladas na Ata/Contrato, em especial no que concerne à entrega.

Cedico que a tendência atual da logística consiste na redução dos prazos para entrega, em virtude da modernização dos sistemas e dos meios de distribuição. Não obstante, mister sejam levados em conta os diversos fatores que integram as etapas do processo logístico, sob pena de se obstaculizar a ampla participação de concorrentes na licitação.

**No caso concreto**, por se tratar do fornecimento de itens comuns, não personalizados e comumente disponíveis em estoque, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para entrega das mercadorias, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação, e **notadamente diante da possibilidade de prorrogação do aludido prazo, em caso de necessidade justificada à Administração.**

Deparando-se com eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, caberá ao fornecedor a prerrogativa de comprovar o óbice, e bem assim solicitar a dilação do prazo de entrega, em conformidade com o cronograma apresentado.

A propósito, não consta da impugnação nenhum conjunto probatório de cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração, visto que os prazos praticados pela Impugnante não necessariamente serão os mesmos disponibilizados por suas concorrentes.

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA - EPP para, no mérito, negar-lhe provimento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 09 de maio de 2022.

  
**Alisson Dias Laureano**  
**Pregoeiro**